

Primeiro projeto para regulamentar a profissão de fotógrafo no Brasil foi apresentado há 70 anos

A POLÊMICA DA REGULAMENTAÇÃO DA profissão de fotógrafo

Já aprovada na Câmara dos Deputados, projeto de lei que regulamenta profissão aguarda pauta no Senado. Mas a maioria dos fotógrafos ouvidos por *Fotografe* é contra. Saiba por quê

POR MÁRIO FITTIPALDI

O Projeto de Lei 2.176/2011, de autoria do deputado Fernando Torres (PSD-BA), propõe algo que há muito se tenta no Brasil: regulamentar a profissão de fotógrafo. As iniciativas datam de 1948, quando o primeiro projeto nesse sentido foi apresentado pelo deputado Damaso Rocha (PSD-RS) e, como outros posteriores, acabou arquivado. Passados 70 anos, esse ainda não é o caso do projeto de Torres, que aguarda votação pelo plenário do Senado Federal. E, mesmo sem ter sido aprovado ainda, já causa muita polêmica entre os profissionais. A maioria ouvida por *Fotografe* é contra.

Se aprovado e não sofrer nenhum veto presidencial, o projeto determina o que é a atividade de fotógrafo e em quais áreas ele pode atuar, compreendendo, entre elas, o ensino da fotografia. E institui a obrigatoriedade de curso superior em nível tecnológico (formação em dois

anos) ou em bacharelado. Há também previsão para habilitar fotógrafos sem curso superior, mas que comprovem dois anos de atividades profissionais até a data de promulgação da lei. O projeto exclui de sua aplicação a função de repórter fotográfico a serviço de empresa jornalística, que já é regulada por legislação específica ligada à prática de fotojornalismo.

Fotografe tentou contato com o deputado Fernando Torres, autor do projeto. Sua assessoria solicitou que fossem enviadas perguntas por e-mail. As perguntas foram enviadas, mas até o fechamento desta edição não haviam sido respondidas. Em sua página no Facebook, Torres escreve que apresentou o projeto porque a profissão de fotógrafo é “exercida há muitos anos, porém marginalizada e discriminada por falta de uma legislação específica. Em quase todos os países do mundo essa profissão já é reconhecida e regulamentada”.



Adriana Bittar

O documentarista Alexandre Suplicy acredita que o mercado funciona bem do jeito que está, sem interferência do governo

FOTOGRAFIA EM DEBATE

A iniciativa de regulamentação da profissão está longe de ser consenso entre os profissionais. Cristiano Burmester, presidente da Associação Brasileira de Fotógrafos (Abrafoto), é um dos que veem o projeto com

bons olhos. “A Abrafoto entende que o projeto é bem-vindo”, ele diz. “Embora seja mais um reconhecimento institucional do que qualquer outra coisa, acho bom que se fale da profissão, de suas particularidades e também dos profissionais que a exercem, especialmente em um tempo em que qualquer um que tenha uma câmera no celular já se sente um fotógrafo”, analisa. “Pode ajudar a regular e a qualificar o mercado”, avalia Burmester.

Já para o profissional Alex Mantesso, de São Paulo (SP), que atua no mercado de moda, essa possibilidade de regulação do mercado pode ser ilusória: “O mercado é livre e se rege por suas próprias regras. A regulamentação da profissão garante apenas uma coisa: o aumento de ta-

xas e impostos”, ele afirma. Newton Medeiros, fotógrafo de Guarulhos (SP), que tem estúdio e dá cursos de Fotografia, faz coro: “Tudo o que é regulamentado vira imposto”, acredita.

O fotógrafo publicitário Richard Cheles, de São Caetano do Sul (SP), endossa a posição da Abrafoto. “Por incrível que pareça, acho que só o fotógrafo hoje não tem profissão reconhecida”, conjectura. “Não vejo por que não fazer. Para quem tem CNPJ, dá na mesma. Mas, para quem é CLT, com a regulamentação vai poder ser contratado como fotógrafo”, opina.

Alexandre Suplicy, profissional paulistano especializado em documentário e fotografia de viagem, é contra. “Acho que não há necessidade de regulamentação. O mercado funciona bem do jeito que está. Não precisa que o governo se meta nisso”, resume. João Machado, fotógrafo baiano radicado em São Paulo que trabalha com fotografia social e documentário, é a favor. “Acho que isso



Kykito Amaral

Para Cristiano Burmester, da Abrafoto, regulamentação pode qualificar mercado

Richard Cheles, fotógrafo de publicidade, é a favor: para ele, só o fotógrafo ainda não tem regulamentação

valoriza o fotógrafo. Não ter profissão reconhecida é uma tristeza”, diz ele, que conseguiu seu registro profissional como fotógrafo por meio da Associação dos Fotógrafos e Cinegrafistas de São Paulo (Arfoc-SP).

FORMAÇÃO SUPERIOR

Para muitos fotógrafos, um dos pontos cruciais do projeto é a exigência de diploma em curso superior para a obtenção do registro profissional. Newton Medeiros é um dos que são radicalmente contra essa exigência: “Acho-a ridícula. O fotógrafo não precisa de curso superior para se profissionalizar”, observa. “A partir do momento em que a profissão estiver regulamentada, vem sindicato para cima, vem escola preparando cursos, o fotógrafo vai ser obrigado a fazer cursos... Não acho justo porque o fotógrafo não precisa disso”, garante.

Para Cristiano Burmester, no entanto, essa obrigatoriedade é boa. “Sou professor de Fotografia no curso de Jornalismo da PUC-SP e acho que passar por um processo de formação profissional só pode melhorar o fotógrafo. Claro que, nessa área, é possível se obter formação autodidata, mais livre, e isso não quer dizer que essa formação não tenha qualidade. Ainda assim, eu acredito na educação formal”, justifica, acrescentando que, caso aprovado, o projeto deve promover também ampliação e consolidação do ensino da fotografia. “O mercado de cursos de fotografia vai ter de se movimentar para se adaptar à nova realidade”, conclui.

TRAMITAÇÃO

Aprovado pela Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 2.176/2011 seguiu para apreciação do Senado Federal, onde, sob o código PLC 64/2014, foi aprovado por todas as comissões. Durante o prazo em que esteve sob consulta pública — quando



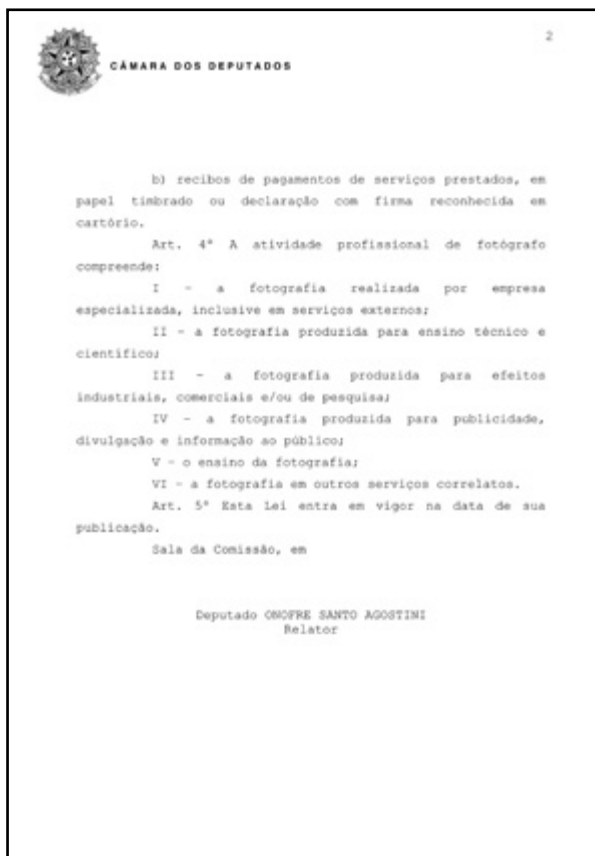
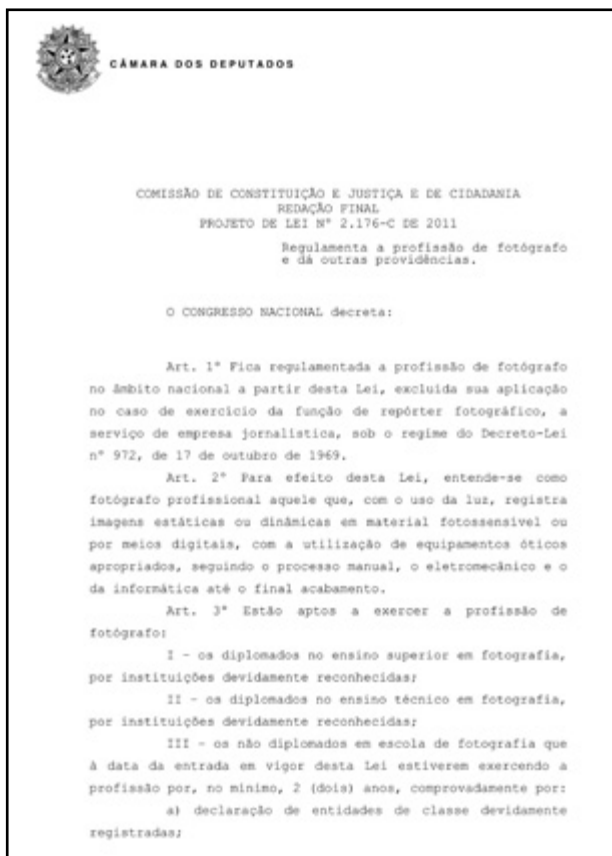
Fotos: Livia Capelli



Os fotógrafos Alex Mantesso (acima) e Newton Medeiros (abaixo) são contra a regulamentação da profissão, temendo aumento de impostos e burocracia



Mário Bock



Redação final dada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aguarda aprovação no Senado

fotógrafos e qualquer pessoa da sociedade poderiam apresentar sugestões e críticas —, nenhuma proposta foi enviada.

O prazo para apresentação de emendas por parte dos parlamentares também já se esgotou: agora, o projeto aguarda a entrada na ordem do dia para votação pelo plenário do Senado. Como não houve alterações

na casa, se aprovado, seguirá para sanção do Presidente da República e posterior promulgação.

Enquanto estiver aguardando a votação no Senado Federal, é possível acessar a página do projeto (<https://bit.ly/2qpCTmx>) e opinar sobre ele. Até o fechamento desta edição, em abril de 2018, o placar era amplamente desfavorável: 6.244 dos

que opinaram repudiam o projeto, contra apenas 1.906 que o aprovam.

Em enquete de *Fotografe* feita com os assinantes e disponibilizada na página da revista no Facebook, os leitores também puderam opinar sobre a regulamentação da profissão. O resultado foi um pouco mais apertado, mas a maioria ainda é contrária à aprovação: 53,5%, enquanto que 39,5% são a favor e 7% não souberam opinar ou achavam a iniciativa indiferente.

Do projeto pioneiro de Damaso Rocha, que completa 70 anos em 2018, ao atual, de Fernando Torres, muita coisa mudou na fotografia. Se até antes da era digital havia uma espécie de “reserva de mercado”, atualmente o mundo consome imagens como nunca e o mercado se tornou muito mais competitivo. Não seria a regulamentação uma forma de criar uma linha separatória entre quem trabalha com fotografia e quem apenas produz imagens? Para pensar.

Pesquisa Fotografe

